Ata nº 006/2025, objeto da 006ª Reunião Ordinária do CMAS, realizado dia 17/06/2025

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco, às nove horas e vinte minuto na Casa dos Conselhos, deu-se início a sexta reunião ordinária do CMAS do ano de dois mil e vinte e cinco, com a presença dos seguintes Conselheiros (as). Representantes do Poder Público: Alessandra Gabriela Medeiros G. Teixeira – Presidente; Rita Lee Marins Monteiro – Secretária Executiva; Simone de Almeida Pinto – Titular (SMASC); Luan Barroso – Suplente (SMASC); Janaina Cosmo da Silva – Titular (Secretaria de Planejamento, Contabilidade e Finanças); Vithoria B. Marins Sciammarella – Titular (Secretaria de Trabalho); Camila de Moraes Xavier – Suplente (ISSM); Renato Legentil da Costa – Titular (Secretaria de Habitação) Representantes dos Trabalhadores da Área: Maria Cândida dos R. Melo Pimentel – Suplente Hellen Silva Ferreira Rodrigues – Suplente. Representantes das Entidades Prestadoras de Serviço: Vania Brito Dault – Titular (Cruz Vermelha - Filial Maricá) Edwirgens Anacleto de Macedo Suplente (Instituição Solares) Georgia Cristina Mendes Trindade – Titular (Instituição NAIR) Maria Aparecida de Carvalho Siqueira – Titular (Associação Pestalozzi de Maricá). 14 dos Usuários do SUAS: Ana Maria Ferreira de Araújo – Titular (AMAC) Gilson Evaristo da Paixão Titular (NOVA União das Associações de Moradores) Simone Pereira – Suplente (Associação de Pescadores de Ponta Negra);Moyses Antônio de Melo Abrão – Titular (SINEDUC) Justificaram ausência: Maísa Oliveira Santos D. da Silva, Sheila Silva, Elanea de Jesus Silvae Daniela V. Manhães Luiz Gripa. Convidados presentes: José Honório de Figueiredo Neto, Nelir Britoe Lecy das Graças Alberty. Ordem do Dia 1. Abertura / Considerações Iniciais: 2- Lembrando a ata da reunião ordinária enviada no grupo para aprovação 3- Expediente do dia: ofícios enviados e recebidos.4-Comissão de Finanças assunto: Aprovação do Plano de Ação Ordinário Cofinanciamento Estadual para Proteção Social Básica e ou Proteção Social em proteção social especial. 5- Comissão de visitas 6- Comissão de normas 7- Comissão de Conferência 8-Assuntos Gerais. **Primeiro Item de Pauta**- A presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e solicitou a apresentação da nova conselheira suplente da entidade NOVA, senhora Simone Pereira, representante da Associação de Moradores de Ponta Negra, que foi acolhida pelo pleno. **Segundo Item de Pauta** - Aprovação da ata do mês anterior do dia 20/05/2025, que foi, previamente enviada no grupo de WhatsApp com 15 dias de antecedência para verificação, e correção, a mesma foi aprovada por unanimidade. **Terceiro Item de pauta-** leitura dos ofícios recebidos e Expedidos - Ofício da Subsecretaria de Gestão do SUAS: Encaminhando formulário para levantamento das necessidades de capacitação dos conselheiros. O documento visa identificar demandas formativas para planejar ações de educação permanente, através de cursos de capacitação com objetivo de alinhar e qualificar os profissionais, todos receberam o formulário para preenchimento. Ofício nº 1251/2025 – da Subsecretaria de Gestão do SUAS: Solicitou atualização cadastral das instituições para análise e providências necessárias, Cópia do e-mail foi anexada. Ofício nº 02774/2025 – recebido da Secretaria de Políticas Inclusivas: Em resposta ao Ofício CMAS nº 094/2025, informou a indisponibilidade de intérpretes de Libras para o dia 10/07/2025, mas confirmou a disponibilidade para o dia 11/07/2025 até as 17h, com exigências descritas. Ofícios expedidos: Foram lidos os de números 082/CMAS a 099/2025. **Quarto item de pauta** apresentação da comissão de Finanças. A conselheira Janaina Cosmo apresentou, em slides, o parecer da Comissão de Finanças em resposta ao Ofício SMASC nº 1211/2025, sobre o Plano de Ação Ordinário do Cofinanciamento Estadual para 2025, contemplando "A CoFinCMAS (Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social de Maricá), no uso de suas atribuições conforme o artigo 13º, incisos I e II, do Regimento Interno, que lhe confere competência para discutir, avaliar e emitir parecer sobre previsões orçamentárias, execuções financeiras, subvenções e financiamentos oriundos das esferas municipal, estadual e federal, apresenta seu parecer após análise documental do Plano de Ação Ordinário - Cofinanciamento

Estadual para Proteção Social Básica e/ou Proteção Social Especial 2025. Documentação analisada: Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo do Estado, extrato bancário da Conta Corrente nº 00000152-9 (Proteção Social Especial) e extrato bancário da Conta Corrente nº 00000151-0 (Proteção Social Básica). O Plano de Ação trata do cofinanciamento estadual para serviços da Proteção Social Básica e Especial, incluindo transferências Fundo a Fundo e rendimentos de aplicação. Os recursos encontram-se alocados em contas da Caixa Econômica Federal (Agência 1244-0), vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ: 13.069.253/0001-83), sendo eles aplicados no FIC CAIXA AUTOMÁTICO POLIS RF CP. O plano está estruturado de acordo com as necessidades da população em situação de vulnerabilidade e está em conformidade com a legislação vigente e com os serviços tipificados conforme a NOB SUAS. Considerações sobre a Proteção Social Especial de Média Complexidade:(E) Ações Estratégicas do PETI: Preenchido com "NÃO". A secretaria de assistência, através da subsecretaria esclareceu que o município optou por não aderir às ações estratégicas do PETI em 2009. Com o reordenamento nacional, os repasses federais específicos foram encerrados. Embora o tema do trabalho infantil continue sendo abordado por meio dos Serviços de Convivência, não há cofinanciamento federal direto para esse fim; (F) Centro-Dia: Preenchido com "0 (zero)", conforme esclarecimento da secretaria de assistência, pois o município não dispõe atualmente de Centro-Dia em funcionamento, nem possui cofinanciamento federal ou estadual para esse serviço. O Plano de Ação reflete, exclusivamente, os serviços que recebem repassem financeiro. Outras Observações Relevantes: Item 2 – Previsões de Execução e número do CPF da Presidente do Conselho da Assistência Social: Inicialmente, não constavam preenchidas. Após contato com o contador Luan e conselheiro da Secretaria da Assistência Social, as informações foram devidamente registradas no Plano; Número de 45.000 famílias referenciadas: O Plano apresenta no Quadro de Previsão: CRAS / PAIF: 9 unidades Famílias referenciadas: 45.000. Esse número foi calculado com base no parâmetro técnico estabelecido pela NOB SUAS 2012, que define que cada CRAS deve referenciar, em média, entre 2.500 a 5.000 famílias, conforme o porte do município e a complexidade da demanda territorial. Assim:9 CRAS × 5.000 famílias/CRAS = 45.000 famílias: Este número representa a capacidade máxima de atendimento referencial, e não o número real de famílias cadastradas no SUAS. É utilizado para fins de planejamento da rede, dimensionamento dos serviços e definição do cofinanciamento pelas esferas estadual e federal. Prazo de Resposta: A Comissão de Finanças solicita que, a exemplo dos planos de anos anteriores, o ofício de encaminhamento indique o prazo de resposta, prática que contribui para melhor organização do fluxo institutional. Quadro nº 8 – Resumo Executivo: Alocação de Recursos Próprios no Fundo Municipal – Transição de Gestão: Conforme destacado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o Plano de Ação Ordinário tem caráter de transição, servindo como base para a atuação da nova gestão no exercício de 2025. No Quadro nº 8 do Plano, observa-se um aumento expressivo na previsão de recursos próprios a serem alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, passando de R$ 70.000,00 em 2024 para R$ 129.500,00 em 2025. Essa ampliação demonstra o compromisso da gestão anterior com o fortalecimento do financiamento da política pública de assistência social, assegurando condições para continuidade e ampliação dos serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade. Nota Explicativa – Ausência no Plano de Ação 2025: Diferentemente do Plano de Ação Ordinário de 2024, o documento referente ao exercício de 2025 não apresenta nota explicativa com metas e previsões orçamentárias complementares. Segundo esclarecimento da Secretaria de Assistência, através da Subsecretaria e conselheira Simone da Assistência Social, a plataforma utilizada para preenchimento do plano neste ciclo não disponibilizou campo para inserção de informações adicionais, o que inviabilizou a inclusão de justificativas e observações complementares, como ocorreu em anos anteriores. Ainda assim, a Secretaria de Assistência manifestou abertura para registrar tais informações, caso seja do entendimento do Conselho, mesmo que o envio

à esfera estadual não contemple esse conteúdo formalmente. Recomendação Final da comissão de finanças: Após análise da versão retificada pela Secretaria de Assistência do Plano de Ação Ordinário 2025, não foram identificadas inconsistências ou irregularidades. A Comissão de Finanças constatou que o preenchimento do relatório está em conformidade com as normas contábeis e com a legislação aplicável ao setor público, respeitando os serviços tipificados nos blocos de Proteção Social Básica e Especial, conforme diretrizes da NOB SUAS. Verificou-se ainda que a destinação dos recursos segue os parâmetros legais vigentes e está alinhada às necessidades socioassistenciais do município. Diante disso, esta Comissão recomendou a aprovação e a implementação do Plano, com atenção especial ao monitoramento e à avaliação contínuos, visando assegurar a efetividade, a transparência e o aprimoramento das ações previstas. O conselheiro Moyses Abrão ressaltou a respeito de uma resolução de um percentual de três por cento que se refere do IGD, e a subsecretária e conselheira explicou, informando em que pode ser aplicado este recurso. O conselheiro Luan, irá passar a normativa destes recursos a pedido do conselheiro Gilson Evaristo. Sendo assim a presidente colocou em votação o Plano acima mencionado que foi aprovado por unanimidade, e assinado na plenária pela presidente, após entrega do documento para conselheiro-tesoureiro Luan Barroso. A presidente inverteu a pauta para a fala do visitante senhor Honório, acompanhado da senhora Nely, que apresentou proposta de requerimento de inscrição de um projeto com documentação completa e explanação do mesmo. A presidente informou que a Comissão de Normas analisará a solicitação com base nas normativas do Conselho, incluindo visita técnica e relatório final. A conselheira Edwiges pontuou que a prévia documental antes da visita, é fundamental ser vista pela comissão de normas. Sendo assim os dois membros acima mencionados (Honório e Nely), agradeceram ao pleno pela oportunidade da explanando sobre o projeto. Comissão de Normas e Convênios. A conselheira Maria Aparecida questionou a unificação das comissões de Normas e Convênios. A presidente confirmou a unificação por limitação de membros ativos. Foi aprovada a reordenação da Comissão de Normas com os seguintes membros: Maria Aparecida, Luciene, Geórgia, Simone Renato e Francisca Helena e como sugestão da conselheira Simone, de reordenar também um calendário pre agendado, limitando uma data, e o Renato pontuou de na próxima reunião de normas finalizarmos o calendário até o final do ano, a conselheira Maria Aparecida ficou de refazer o relatório desta comissão. **Quinto Item de pauta** – Relatório da Comissão de Visitas Conselheira Edwirges Anacleto apresentou o relatório de visita à Cruz Vermelha e ao projeto SAREM II – OSC Viva Rio. A visita ao SAREM I está pendente, ressaltando que a Comissão de Normas deverá verificar a documentação do projeto e checar conformidade com a normativa/resolução de certificação do projeto que foi publicado em diário Oficial, o conselho tem este documento e tem que ser seguido, a Conselheira Vânia relatou a visita à Fábrica Edio Muniz (desidratados), destacando transparência da instituição muita solicita com clareza e total transparência com a cooperação. A conselheira Victória destacou sobre visita ao Lar Monteiro Lobato, em nome da OSC/CADEVISG, para renovação de certificação junto a este conselho, durante a visita, foi identificada a atuação da OSC/INADH, com repasse municipal. A comissão solicita que a Secretaria de Assistencia Social, envie ofício esclarecendo a atuação da nova entidade e ou OSC. **Sexto Item de Pauta** - Comissão da Conferência A presidente informou sobre alinhamento da programação cultural com o professor Jordan, com apoio da conselheira Maisa Durade, e da Senhora Lecy Alberti. Novo local da Conferência Arena Barra de Maricá (antigo espaço do BRICS), com maior estrutura e apoio logístico (buffet, equipe de contrapartida). A conselheira Maria Cândida, a pedido de Sylvia Cantuária questiona as atribuições dos alunos convocados pela contrapartida na Conferência, mas a conselheira Simone Almeida responde que a orientação já foi dada a referida e será reforçada pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Maria Cândida informa que ainda será necessário definir a programação da Conferência, respeitando as definições do pleno em

relação aos turnos (10/07 tarde/noite e 11/07 manhãs/tarde), salienta que as pré-conferências estão acontecendo em diversos equipamentos da SMASC, a comissão de Conferência tem se reunido conforme o cronograma (última reunião prevista para 24/06) e que as demandas burocráticas, controle de inscrições online e confecção de materiais serão efetivadas pela SMASC. O pleno deliberou que as inscrições para a 15ª Conferencia Municipal de Assistência Social ocorrerão do dia 26/06 a 03/07 do ano corrente, obedecendo as seguintes quantidades: 270 delegados -220 online e 50 presenciais (no evento), 20 convidados e 10 observadores. Os convites estão em processo de produção na gráfica, os Cards virtuais serão divulgados quando acabarem as pré-conferências, a partir do dia 27/06/2025. A professora Ana Maria Vasconcelos está confirmada para a Palestra Magna e os palestrantes dos eixos temáticos também. **Assuntos Gerais** A presidente alinhou com o pleno a respeito da aprovação dos certificados das instituições solares e da Cruz vermelha com uma abstenção. A presidente manifestou preocupação com a situação do CNEAS. A subsecretária informou que resolveria o caso ainda no dia. A conselheira Maria Aparecida comunicou que recebeu informação, de forma extraoficial, por uma advogada da Secretaria de Assistência, que o processo nº 3183/2023 da Associação Pestalozzi de Maricá será arquivado por ausência de previsão orçamentária no ano anterior e para poder dar continuidade a solicitação, faz-se necessário transcrever o Plano de Trabalho para um novo modelo, que foi repassado. Após a apresentação no novo modelo, haverá abertura de novo Processo. Maria Aparecida, citou também, que solicitou esta informação oficialmente. A presidente propôs Moção de Aplausos à equipe da Conferência, com destaque à Secretária Executiva do CMAS, proposta que foi aprovada pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h17min. Eu, Alessandra Gabriela Medeiros Guedes Teixeira, presidente do CMAS de Maricá, que presidi esta reunião, com a Secretária Executiva Rita Lee Marins Monteiro, lavramos e assinamos esta ata.

Maricá, 17 de junho de 2025.

Rita Lee Marins Monteiro
Secretária Executiva

Alessandra Gabriela Medeiros Guedes Teixeira
Presidente do CMAS